



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Coordenação de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Julho/2021

TERMO DE REFERÊNCIA 05/2022

ETP 02/2022

MR 04/2022

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na limpeza, conservação e manutenção geral de 04 piscinas, inclusive as suas estruturas (azulejo, casa de bombas, aquecedor e encanamentos), do Parque Aquático e Laboratório de Hidroterapia da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEF/UFAM, com fornecimento de todos os produtos químicos e materiais necessários para sua execução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CATSERV E ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (MENSAL)	VALOR GLOBAL ESTIMADO (ANUAL)
01	9962 - SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL DE 04 PISCINAS, INCLUSIVE AS SUAS ESTRUTURAS (AZULEJO, CASA DE BOMBAS, AQUECEDOR E ENCANAMENTOS), DO PARQUE AQUÁTICO E LABORATÓRIO DE HIDROTERAPIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA – FEF/UFAM, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA SUA EXECUÇÃO.	UNIDADE	12	R\$ 11.166,67	R\$ 134.000,04

1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, em virtude dos pontos destacados abaixo:

- a) Simplicidade nas medições (medições por serviço concluído);
- b) Menor custo para a Administração Pública na fiscalização do contrato;
- c) Valor final do contrato é, em princípio, fixo;
- d) Restringe os pleitos do fornecedor e a assinatura de aditivos;
- e) Dificulta o jogo de planilha; e
- f) Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa (serviço).

1.4 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de limpeza, conservação e manutenção de piscinas.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/1993.

1.6 Este Termo de Referência segue as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atendimento do Decreto nº 8.538/2015.

1.6.1 Não haverá aplicação ou desdobramento relacionado à exclusividade a ME/EPP/Coop (Sem Benefício), considerando o disposto no art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, sendo realizada em grupo único.

1.6.2 A justificativa para o não parcelamento encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 O início da execução será definido quando do aceite, do recebimento da ordem de serviços ou da retirada do instrumento equivalente ao contrato.

5.1.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais químicos e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no contrato.

5.1.2 Habilitação jurídica: estar em consonância com os termos do art. 28 da Lei n.º 8.666/93, devendo dispor de toda documentação e registros exigidos pela legislação em vigor.

5.1.2.1 cédula de identidade;

5.1.2.2 registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.2.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.2.4 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.2.5 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista: estar em consonância com os termos do art. 29 da Lei n.º 8.666/93, devendo atestar sua:

5.1.3.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

5.1.3.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.3.3 prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3.4 prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.1.3.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

5.1.4 Qualificação técnica: atender os termos definidos no art. 30 da Lei n.º 8.666/93, devendo dispor de:

5.1.4.1 Quando da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar um profissional da química, de nível superior ou técnico em química, devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe, como Responsável Técnico pela empresa na execução do contrato, tendo em vista os termos do Decreto n. 85.877/1981;

5.1.4.2 comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

5.1.4.3 comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.1.5 Qualificação econômico-financeira: estar em consonância com os termos do art. 31 da Lei n.º 8.666/93:

5.1.5.1 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.1.5.2 certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

5.1.5.3 garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada 5% do valor estimado do objeto da contratação.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, bem como o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, emitido pela Advocacia-Geral da União/AGU.

6.2 A Contratada deverá fornecer aos seus profissionais os Equipamentos de Proteção Individual-EPI's que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma de Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

6.3 Os uniformes fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

6.4 Os produtos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, a eles associados.

6.5 A qualquer tempo a FEFF/UFAM - contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

6.6 A Contratada deverá cumprir as legislações e normas vigentes de critérios ambientais na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

6.7 Além do exposto acima, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

6.7.1 utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.7.2 utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental;

6.7.3 utilizar produtos, preferencialmente, acondicionado sem embalagem que utilize materiais recicláveis, conforme determina as normas da ABNT NBR 1448-1 e 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento;

6.7.4 adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

6.8 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, Qualidade de Água de Piscina e Segurança e Higiene de Piscinas.

6.9 Na realização do serviço verifica-se a possibilidade da ocorrência de danos ao meio ambiente e a saúde em decorrência da má execução dos serviços ou força maior:

6.9.1 Rompimento de encanamento causando desperdício de água.

6.9.2 Armazenamento inadequado de produtos químicos

6.9.3 Descarte inadequado de embalagens

6.9.4 Despejo inadequado de produtos químicos

6.9.5 Quantidade inadequada de produtos químicos nas piscinas

6.9.6 Proliferação de microrganismos causadores de doenças

6.10 Sendo assim, deverá a contratada apresentar relatório semanal dos serviços à equipe de gestão do contrato.

7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 12h, e das 14h às 16h,

devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (92) 99223-1947.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 Os serviços consistem em manter limpa, higienizada e com aspecto visual adequado as piscinas por meio da utilização de agentes químicos (aplicação de produtos) e físicos (escovação mecânica ou manual, aspiração, peneiração, sucção, filtração, dentre outros), considerando as condições exigidas no tópico “Tratamento Físico-Químico da Água”.

8.1.2 A Contratada deve observar o tempo necessário de atuação dos produtos químicos aplicados para realizar as etapas seguintes do procedimento de limpeza da piscina.

8.1.3 A Contratada deve realizar a limpeza das bordas, azulejos, rejuntas, escadas de acesso às piscinas, área de entorno da piscina, drenos, lonas de proteção e raia, casa de máquinas (incluindo seus equipamentos), depósito dos produtos químicos e insumos, e demais utensílios utilizados na prestação dos serviços.

8.1.4 Durante a realização dos serviços de limpeza e tratamento das piscinas, a empresa deve disponibilizar e posicionar em locais visíveis, placas informativas indicando que as piscinas se encontram em manutenção.

8.1.5 A Contratada deve verificar visualmente (diariamente) se os ralos de fundo das piscinas estão limpos/desobstruídos, bem como as necessidades de manutenção que a piscina requer.

8.1.6 A Contratada deve preencher um Check List de inspeção visual das piscinas ao final dos serviços realizados, antes da entrega para as atividades, registrando as informações no Relatório Mensal. Os modelos do Check-List diário de inspeção visual e do Relatório Mensal serão elaborados pela CONTRATADA e serão entregues para aprovação do Gestor do Contrato no momento da reunião inicial no início do contrato, e poderá ser modificado a critério do mesmo.

8.1.7 A Unidade Acadêmica se resguarda o direito de modificar a programação de limpeza e tratamento da piscina em situações de realização de eventos, alta temporada, feriados, período de férias, ou situações imprevistas, devendo informar previamente à Contratada para se adequar à necessidade da instituição.

8.1.8 Eventuais concentrações pluviométricas que fogem da normalidade e que afetem a qualidade da água da piscina deverão ter o tratamento com o produto químico adequado.

8.1.9 O processo de limpeza e tratamento deve ser finalizado obrigatoriamente com até 01 (uma) hora de antecedência da abertura das piscinas, devendo a Contratada entregá-las em condições adequadas para uso conforme especificações descritas nesse item.

8.1.10 O processo de limpeza e tratamento das piscinas também pode ser iniciado imediatamente após o término das atividades.

8.1.11 Em nenhuma hipótese a contratada deverá iniciar o tratamento ou limpeza com presença de usuários na área da piscina. Sendo identificada a presença de usuário após o encerramento das atividades da piscina, esta deverá ser notificada ao Fiscal Técnico do contrato.

8.1.12 A Contratada deve programar as intervenções considerando o horário de funcionamento da área da piscina. A programação com as atividades e horários de funcionamento da piscina será fornecido pela Coordenação de Educação Física e Fisioterapia.

8.1.13 Todos os encargos trabalhistas (adicional noturno, horas extras, dentre outros) referentes à realização de serviços, são de responsabilidade da Contratada.

8.1.14 A contratada se obriga a manter as piscinas em condições de uso, de acordo com os padrões e normas definidas no contrato de prestação de serviços, incluindo as atividades listadas abaixo:

8.1.14.1 Tratamento Físico:

a) LIMPEZA DA ÁREA EXTERNA À PISCINA: Realizar a limpeza da área da piscina envolvida pelas grades, esta atividade compreenderá: - colheita de todos os detritos estranhos às piscinas tais como folhas, ciscos, areia e retirada de plantas que por ventura cresçam no interior dos ralos; - limpeza da cerâmica através de lavagem com cloro e sabão em pó, mantendo-a sempre com boa apresentação, não deixando que a sujeira fique impregnada em sua superfície.

b) FILTRAGEM: Realizar a filtragem sempre que necessário, certificando-se de não ligar a moto-bomba do filtro com os registros fechados; verificando se há água no pré-filtro da moto-bomba e realizar a troca da areia do filtro anualmente de forma a mantê-la com sua granulometria ativada.

c) ASPIRAÇÃO: Realizar a aspiração com drenagem ou filtragem sempre que necessário e no mínimo uma vez por semana, de forma a expulsar todos os resíduos depositados no fundo da piscina, expulsando-os pelo esgoto ou retendo-os pelo elemento filtrante caso o mesmo consiga retê-los.

d) ESCOVAÇÃO DAS PAREDES E LIMPEZA DAS BORDAS: Realizar a escovação das paredes e a limpeza das bordas sempre que necessário e no mínimo uma vez por semana de forma a evitar a proliferação de algas utilizando algicidas.

e) RETROLAVAGEM DO ELEMENTO FILTRANTE: Realizar a retrolavagem do elemento filtrante no mínimo uma vez por semana.

f) LIMPEZA DO PRÉ-FILTRO DA BOMBA: Realizar a limpeza do pré-filtro da bomba sempre que necessário, de forma que a filtragem não seja comprometida por obstruções no pré-filtro.

g) LIMPEZA DO TUBO DE QUARTZO: Realizar a limpeza do tubo de quartzo sempre que necessário e no mínimo uma vez por mês de forma a evitar o acúmulo de sujeiras e o comprometimento de sua eficiência.

h) TRATAMENTO DE LIMPEZA DE LINHA DE ÁGUA: Realizar a limpeza de linha de água de forma a retirar as sujeiras e gorduras que se acumulam na parede acima da linha da água.

i) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO MAQUINÁRIO: Realizar a manutenção preventiva, tal como a troca de peças defeituosas, lubrificação de engrenagens entre outras que impliquem diretamente no funcionamento das máquinas da piscina, bem como a manutenção corretiva como substituição de bombas, tubulações e outras peças que impeçam seu funcionamento.

j) MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA EM CONCRETO: Realizar a manutenção da estrutura em concreto, esta compreenderá as seguintes atividades: Manutenção corretiva de pequenas avarias na estrutura, tais como substituição das cerâmicas do interior da piscina.

8.1.14.2 Tratamento Químico:

a) CLORIFICAÇÃO: Realizar a clorificação, no mínimo 3 vezes por semana, utilizando 5 gramas de hth® Cloro Granulado ou Pace® para cada 1000 litros de água.

b) CLARIFICAÇÃO: Realizar a clarificação, no mínimo uma vez por semana, com hth® Maxfloc ou material de qualidade semelhante, utilizando de 5 a 6 ml para cada 1000 litros de água.

c) ALGICIDA: Por ocasião da escovação das paredes, realizar a aplicação de algicida utilizando de 5 a 6 ml para cada 1.000 litros de água.

d) AJUSTE DO PH: Realizar a oxidação, no mínimo uma vez a cada 15 dias, utilizando 18 gramas de oxidante para cada 1000 litros de água, controlando o acúmulo de matéria orgânica e o brilho da água.

Tabela de Referência para Produtos Químicos

SULFATO DE ALUMÍNIO com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	40 g para cada 1.000 litros de água;
CARBONATO DE SÓDIO com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	16 g para cada 1.000 litros de água;
CLARIFICANTE com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	3 a 6 ml de (auxiliar de filtração) para cada 1000 litros de água a tratar;
ALGICIDA DE MANUTENÇÃO com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	3 a 5 ml de para cada 1.000 litros de água;
ALGICIDA DE CHOQUE com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	5 a 7 ml de para cada 1.000 litros de água;
CLORO GRANULADO MÚLTIPLA AÇÃO 3 EM 1; com O hth® , GENCO® ou material de qualidade semelhante	3 a 4 gramas por 1000 litros de água;

8.2 A CONTRATADA deverá:

8.2.1 Apresentar semanalmente: Análise química da água, uma vez que mesmo estando clara e transparente, pode conter bactérias e vírus transmissores de doenças.

8.2.2 Apresentar mensalmente: Análise biológica da água, bem como apresentar relatório dos serviços executados nas piscinas.

8.2.3 Aplicar os produtos necessários para equilíbrio da alcalinidade, PH e resíduos metálicos bem como o controle de algas/fungos e acompanhamento bioquímico da água. Todos os produtos químicos utilizados na piscina devem ser de primeira qualidade, devidamente comprovada, e adquirida pela CONTRATADA.

8.2.4 Manter a água da piscina em condições de balneabilidade, técnica e visibilidade.

8.2.5 Comunicar à FISCALIZAÇÃO quaisquer irregularidades verificadas, bem como a necessidade de consertos e reparos na piscina.

8.3 A execução dos serviços será iniciada partir da assinatura do Contrato, na forma que segue:

8.3.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.3.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1 Equipamentos mínimos para execução do serviço:

Tabela de Materiais para Execução Mensal

ITEM	QUANTIDADE
ESTOJO DE MEDIÇÃO DE PH	01
ESTOJO DE MEDIÇÃO DE CLORO	01
ESTOJO DE MEDIÇÃO DE ALCALINIDADE	01
CABO DE ALUMÍNIO TELESCÓPICO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TRAVA RÁPIDA FEITA EM ABS E MANOPLA DE APOIO	10 METROS
PENEIRA PARA LIMPEZA DE PISCINA COM PÁ PLÁSTICA, 50 X 30 X 5 CM, COM BORDA NA PARTE SUPERIOR E TELA DE NYLON	02 UNIDADES
ESCOVA CURVA EM TERMOPLÁSTICO DE GRANDE RESISTÊNCIA CONTRA IMPACTOS, ENGATE RÁPIDO E BASE COM CERDAS EM NYLON, RESISTENTES E MACIAS, QUE NÃO AGRIDAM O FUNDO DA PISCINA	01 UNIDADE
ASPIRADORES COM ESFERAS, EM TERMOPLÁSTICO (ABS) INJETADO	02 UNIDADES
MANGUEIRA PARA PISCINA DE 32MM	40 METROS
MANGUEIRA PARA PISCINA DE 3 MM	05 METROS
PONTEIRAS PARA PISCINA DE 32MM	04 UNIDADES
ADAPTADORES PARA ASPIRAÇÃO 50MM (ROSCA FINA)	04 UNIDADES
MANGUEIRA DE ÁGUA REFORÇADA DE JARDIM TRANÇADA	50 METROS
LAVADORA DE ALTA PRESSÃO DE NO MÍNIMO 1800 LIBRAS DE PRESSÃO	01 UNIDADE

9.2 Os materiais devem estar sempre disponíveis para vistoria da equipe de fiscalização do contrato.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 Serviço de limpeza, conservação e manutenção geral de 04 piscinas, inclusive as suas estruturas (azulejo, casa de bombas, aquecedor e encanamentos), do Parque Aquático e Laboratório de Hidroterapia da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEEF/UFAM, com fornecimento de todos os produtos químicos e materiais necessários para sua execução, será prestado no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6.200, Parque Aquático, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/FEEF, Setor Sul, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó. 69077-000. Manaus/AM. 5.2 Descrições e medidas das piscinas:

10.1.2 PISCINA 01: COMPRIMENTO: 25 metros. LARGURA: 16 metros. PROFUNDIDADE: Mínima: 1,88 metros, Máxima 2,20 metros.

10.1.3 PISCINA 02: COMPRIMENTO: 16 metros. LARGURA: 08 metros. PROFUNDIDADE: 1,20 metros em todo o seu comprimento.

10.1.4 PISCINA 03: COMPRIMENTO: 06 metros. LARGURA: 08 metros. PROFUNDIDADE: Mínima: 0,50 metros, Máxima: 1,20 metros.

10.1.5 PISCINA 04: COMPRIMENTO: 04 metros. LARGURA: 04 metros. PROFUNDIDADE: 1,20 metros em todo o seu comprimento.

10.1.6 O horário para limpeza e tratamento das piscinas deverá ser realizado antes ou após o horário de funcionamento das piscinas para não comprometer o atendimento ao público. A CONTRATANTE determinará os horários para que a execução do serviço seja atendida da forma apropriada e conveniente, baseando-se no calendário acadêmico da unidade.

10.1.7 O horário de funcionamento das piscinas está compreendido de segunda a sábado, das 07h às 12h e das 13h às 22h.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I-A deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 A unidade de medida será “serviço/mês”, devendo ser cobrada através de nota fiscal, referente ao mês em que a execução dos serviços for efetuada;

16.2.2 A desconformidade na prestação do serviço, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

16.2.3 A definição do valor de pagamento mensal está sujeita à ocorrência de desconto dos valores referentes aos indicadores de desempenho no IMR definido, além dos valores de sanções impostas pelo Contratante, se houver.

16.2.4 Os indicadores deixarão de ser medidos nos dias em que ocorrerem fatos não gerados pela Contratada e que a impeça de executar as ações deste contrato.

16.2.5 Os valores devidos pela prestação dos serviços serão apurados da seguinte forma:

a) Foram selecionados itens essenciais já previstos no presente termo de referência e que, portanto, já constituem responsabilidade da Contratada. Esses itens foram denominados indicadores de nível de serviço, e serão controlados e acompanhados pela Contratante para medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados pela Contratada.

b) Os indicadores foram distribuídos em módulos conforme a natureza da atividade, e para cada módulo foi atribuído um peso, conforme tabela:

INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO	
MÓDULOS	PESO
Documentação e Segurança	1
Atividades Operacionais	2

16.2.6 Sendo identificado descumprimento ou irregularidade da Contratada frente aos indicadores de qualidade relacionados, será atribuída uma pontuação para cada ocorrência que será calculada considerando o número de ocorrências no mês x peso atribuído ao indicador.

16.2.7 O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços referentes a execução dos serviços, descontados os valores provenientes da aplicação dos indicadores de nível de serviço conforme pontuação adquirida no mês de execução.

16.2.8 A contratada poderá acumular uma pontuação que não necessariamente incidirá em desconto, bem como poderá ser descontado um valor de até 10% do valor mensal do contrato.

16.2.9 Os descontos serão aplicados conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO DESCONTO			
≥10 ≤ 20	1%	> 60 ≤ 70	6%
> 20 ≤ 30	2%	> 70 ≤ 80	7%
> 30 ≤ 40	3%	> 80 ≤ 90	8%
> 40 ≤ 50	4%	> 90 ≤ 100	9%
> 50 ≤ 60	5%	>100	10%

16.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1 não produziu os resultados acordados;

16.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18 DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (por ter curva mais estável e o objeto não apresentar índice específico de reajuste), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10 Será considerada extinta a garantia:

20.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por	03

	empregado e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.1.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

22.3.2.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1 Valor Global: R\$ 134.000,04 (Cento e Trinta e Quatro Mil Reais e Quatro Centavos);

22.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor no subitem 22.4.1.

23.2 O valor global estimado foi obtido a partir da pesquisa de mercado, em conformidade com o artigo 5º, inciso IV, da Instrução Normativa ME n. 73/2020, sendo utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços (artigo 6º). Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado e refletindo a similaridade dos serviços a serem licitados. A pesquisa foi feita junto aos fornecedores especializados, em virtude das especificidades próprias da contratação.

23.2.1 A pesquisa foi feita junto aos fornecedores especializados, em virtude das especificidades próprias da contratação, pois o custo de uma manutenção de piscina depende, sobretudo, do tamanho da piscina e dos materiais a serem utilizados. Utilizar preços de licitações de outros tipos de piscina, através do Banco de Preços (sistema adquirido pela UFAM, que tem uma base de preços de vários sistemas, sendo o principal o Pannel de Preços do Compras Governamentais) poderia não refletir a real necessidade da FEFF, gerando sobrepreço ou superfaturamento. Ademais, frisamos a indisponibilidade de preços, para o Estado do Amazonas (que seriam mais próximos da nossa demanda), conforme imagem abaixo:

10/03/2022 15:55 Banco de Preços : Pesquisar

MEUS MÓDULOS (/MODULOS) SAIR (/ACCOUNT/LOGOFF)

NOVIDADES (/HOME/NOVIDADES)

Cotação Rápida

Inicie rapidamente uma cotação de preços.

DASHBOARD (/HOME/DASHBOARD)

COTAÇÕES

9962

Últimos 180 dias

FORNECEDORES

AM - Amazonas

TERCEIRIZAÇÃO (/TERCEIRIZACAO)

TERMO DE REFERÊNCIA (/TERMOREFERENCIA)

REGISTRO DE PREÇOS (/REGISTROPRECO)

CONFIGURAÇÕES (/CONFIGURACOES)

MENTORIA (/MENTORIA) (NOVO)

PESQUISAR

☐ Pesquisar apenas o termo digitado

Mais Filtros

Resultados da Pesquisa

PRÓXIMA ETAPA →

FILTRAR RESULTADOS

ATENÇÃO: Removemos o(s) filtro(s) UF pois não encontramos resultados com ele(s) selecionado(s).
Os resultados abaixo não correspondem ao(s) filtro(s) acima mencionado(s).

23.3 O impacto orçamentário será de 0,20%, haja vista o orçamento disponível para a UFAM (aproximadamente R\$ 65.000.000,00). Contudo, espera-se que na licitação ocorra uma redução de 25 a 30% em relação ao valor global estimado. Em comparação com ao pregão eletrônico anterior e ao contrato vigente (R\$ 89.407,32), o valor estimando para abertura do certame licitatório é 48% maior, devidamente justificável pela correção inflacionária após 05 (cinco) anos de contrato. Contudo, como citado acima, estima-se a redução dos valores durante a disputa entre os licitantes.

23.4 Declaramos para todos os fins de direito, que realizamos a pesquisa de preços para futura contratação do serviço, objeto deste processo licitatório.

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/ Unidade: 15256

Fonte de Recursos: 8100

Programa de Trabalho: 170121

Elemento da Despesa: 339000

PI: M20RKQ1940N

Responsável pela Cotação de Preços e elaboração do Termo de Referência

DANIEL MARINHO DE OLIVEIRA

Presidente da Equipe de Planejamento

Autorização da Autoridade Competente

Eu, ANGELA NEVES BULBOL DE LIMA, Pró-Reitora de Administração e Finanças, **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e o presente Termo de Referência, bem como **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório para contratação dos serviços. O processo está adequado à Lei Federal n. 8.666/1993, ao Plano Anual de Contratações (IN SEGES/ME n. 01/2019), ao art. 3º do Decreto n. 10.193/2019 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2022.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Julho/2021

ANEXO I-A**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	GARANTIR O EFETIVO CUMPRIMENTO DOS SERVIÇOS, CONFORME DO TERMO DE REFERÊNCIA, VERIFICANDO A EXECUÇÃO INTEGRAL E QUALIDADE DOS SERVIÇOS
META A CUMPRIR	100% DA PONTUAÇÃO DOS ITENS DE DESEMPENHO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS CONTENDO OS ITENS DE DESEMPENHO

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO	INDICADOR	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	PERIODICIDADE	PESO	OCORRÊNCIA	Nº DE OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO (peso x ocorrência)
	PISCINA - FORNECIMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE CÓPIA DAS FISPQ(S) - FICHAS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS	CONFERÊNCIA PELO FISCAL DO CONTRATO DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO LOCAL DE ESTOCAGEM DOS PRODUTOS QUÍMICOS	DIÁRIA	1		Nº DE DIAS EM QUE NÃO FOR IDENTIFICADA A CÓPIA DAS FISPQ(S).	
	PISCINA – MANTER DEVIDAMENTE LIMPAS AS SEGUINTE ESTRUTURAS: 1 – BORDAS; 2 – AZULEJOS; 3 – REJUNTES; 4 – ESCADAS DE ACESSO ÀS PISCINAS; 5 – GRELHAS LOCALIZADAS NO	CONFERÊNCIA DIÁRIA PELO FISCAL DO CONTRATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	DIÁRIA	2		Nº DE DIAS EM QUE A PISCINA NÃO SE APRESENTAR A LIMPEZA DE ALGUM DOS ITENS RELACIONADOS NO CAMPO "INDICADOR"	

ENTORNO DAS PISCINAS;						
PISCINA – A ÁGUA DA PISCINA SE APRESENTA LÍMPIDA E CRISTALINA, PERMITINDO A PERFEITA VISIBILIDADE DA PARTE MAIS PROFUNDA DA PISCINA E APRESENTA-SE LIVRE DE DETRITOS, SEDIMENTOS, LARVAS, INSETOS OU ELEMENTOS ESTRANHOS DECANTADOS, FLUTUANTES OU SOBRENADANTES	CONFERÊNCIA DIÁRIA PELO FISCAL DO CONTRATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	DIÁRIA	2		Nº DE DIAS EM QUE A PISCINA NÃO SE APRESENTAR A LIMPEZA DE ALGUM DOS ITENS RELACIONADOS NO CAMPO "INDICADOR".	
PISCINA - MANTER OS PARÂMETROS DE QUALIDADE DENTRO DAS FAIXAS RECOMENDADAS: * PH - (7,2 A 7,8); * CLORO LIVRE - (0,8 MG/L A 3,0 MG/L); * ALCALINIDADE TOTAL - (80 A 120 PPM); * DUREZA CÁLCICA - (200 A 400 PPM)	CONFERÊNCIA PELO FISCAL DO CONTRATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	DIÁRIA (PARA OS PARÂMETROS CLORO LIVRE, PH) E UMA VEZ POR SEMANA (PARA ALCALINIDADE E DUREZA CÁLCICA)			Nº DE DIAS EM QUE A PISCINA NÃO SE APRESENTAR A LIMPEZA DE ALGUM DOS ITENS RELACIONADOS NO CAMPO "INDICADOR".	
ATENDIMENTO EMERGENCIAL - REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO A SOLICITAÇÕES EMERGENCIAIS NO PRAZO ESTIPULADO (NO MÁXIMO 03 HORAS APÓS SOLICITAÇÃO)	CONFERÊNCIA PELO FISCAL DO CONTRATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	CONFORME DEMANDA	2		Nº DE VEZES EM QUE FOR SOLICITADO ATENDIMENTO E A CONTRATADA NÃO ATENDER NO PRAZO ESTIPULADO.	
VISITA TÉCNICA – REALIZAÇÃO DA VISITA MENSAL DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONFERÊNCIA DIÁRIA PELO FISCAL DO CONTRATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	MENSAL	2		NÃO RECEBIMENTO DA VISITA MENSAL DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO

SERVIÇO EXECUTADO COM AVALIAÇÃO DE:

$\geq 10 \leq 20$	1%	$> 60 \leq 70$	6%
$> 20 \leq 30$	2%	$> 70 \leq 80$	7%
$> 30 \leq 40$	3%	$> 80 \leq 90$	8%
$> 40 \leq 50$	4%	$> 90 \leq 100$	9%
$> 50 \leq 60$	5%	> 100	10%

SERVIÇO NÃO EXECUTADO: PAGAMENTO NÃO É EFETUADO.

OBSERVAÇÕES

PARA AJUSTE DE PAGAMENTO NÃO SERÁ NECESSÁRIO A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. PARA APLICAÇÃO DAS MULTAS ESTABELECIDAS SERÁ GARANTIDA



Documento assinado eletronicamente por **Angela Neves Bulbol de Lima, Pró-Reitora**, em 19/04/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Marinho de Oliveira, Assistente em Administração**, em 19/04/2022, às 10:50, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0951865** e o código CRC **CSB4D902**.